

A Colonização e os Modos de Produção na Mata Atlântica Nordestina sob a Ótica do Materialismo Histórico

RESUMO

O processo de colonização na Mata Atlântica Nordestina (MAN) gerou as consequências mais graves para a conservação do seu patrimônio natural. A fim de gerar subsídios para a definição de políticas e diretrizes de manejo e conservação dos remanescentes florestais na MAN. O artigo busca elucidar os efeitos dos modos de produção e do processo de colonização sobre a relação homem-natureza. Sendo assim, procura explicar as relações e motivações da estrutura social e comercial da colônia na Zona da Mata nordestina baseando-se numa combinação de elementos do capitalismo, feudalismo e escravismo, sob a ótica do materialismo histórico.

PALAVRAS-CHAVE

Colonização. Materialismo Histórico. Mata Atlântica.

Cristiane Gomes Barreto

- Bióloga;
- Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB).

Kilma Gonçalves Cezar

- Economista;
- Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UnB.

1 – INTRODUÇÃO

A estrutura colonial brasileira foi sustentada por ciclos econômicos, a exemplo da cana-de-açúcar na região Nordeste (FREYRE, 2004), atividades modificadoras dos padrões de uso e ocupação do solo invariavelmente associadas a impactos ambientais. Nesse sentido, alguns autores (HOLANDA; BÓRIS, 1962; CROSBY, 1993; HOLANDA, 1999; OLIVEIRA, 1999; SOS MATA ATLÂNTICA, 2001) consideram a devastação ambiental da Mata Atlântica como um processo resultante da política de ocupação e exploração portuguesa no Brasil Colônia.

Foi na região Nordeste que o processo de colonização gerou as consequências mais graves para a conservação da Mata Atlântica (ANDRADE, 1979; COIMBRA-FILHO; CÂMARA, 1996; ASSIS, 1998). As áreas remanescentes nessa região estão predominantemente distribuídas em pequenos fragmentos. (SILVA; TABARELLI, 2001). Praticamente inexitem grandes extensões florestais como as encontradas no Sul e Sudeste do Brasil. (BROWN JR.; BROWN, 1992; TABARELLI, 1997). E em razão do reduzido grau de proteção deferido à Mata Atlântica nordestina, é nesse local onde se encontram os principais centros de endemismo e de espécies ameaçadas nas Américas. (WEGE; LONG, 1995; VIANNA; TABANEZ; BATISTA, 1997; RANTA et al., 1998; SILVA; TABARELLI, 2000; LYRA-NEVES et al., 2004).

O conhecimento dos movimentos históricos e das repercussões da agroindústria sobre os recursos naturais é um dos meios de elucidar as influências das políticas públicas na região, sob o enfoque da sustentabilidade ambiental, que modelaram a paisagem atual. É possível afirmar, com relação à Mata Atlântica nordestina, que os impactos decorrentes da ocupação humana são antigos e se intensificaram a partir da época colonial, quando se iniciaram as instalações de centros urbanos e o cultivo intensivo da monocultura da cana-de-açúcar. (SCHWARTZ, 1985; SANTOS; PINHO, 2003; BAHIA, 2006). O conhecimento desses processos de ocupação e de alteração dos habitats poderá gerar subsídios essenciais para a definição de políticas e diretrizes de manejo e conservação

dos remanescentes florestais. Isso ocorre porque as relações resultantes do modo produtivo evoluem para as relações com as mudanças ambientais, processos demográficos e socioeconômicos, e para fatores exógenos e endógenos que influenciam a natureza e a relação do homem com a natureza.

Sendo assim, propõe-se elucidar, à luz da dialética marxista, os modos de produção associados à estrutura colonial, especialmente aqueles representados nos engenhos de cana-de-açúcar, com o objetivo final de conhecer as ações geradoras do contexto atual da devastação da Mata Atlântica no Nordeste.

2 – COLONIZAÇÃO E MODOS DE PRODUÇÃO: VISÃO DIALÉTICA MARXISTA

A sociedade nordestina tem uma história de características próprias, que a diferencia, no contexto evolutivo, das outras regiões brasileiras. Gilberto Freyre, ao analisar os aspectos culturais da região Nordeste chama a atenção para três categorias que se entrecruzavam, que formaram a sociedade e que deixaram marcas profundas na paisagem física e humana da região Nordeste: o latifúndio, como forma de propriedade, a monocultura como forma de exploração econômica e a escravidão como instituição de classe social. (FREYRE, 2004).

Baseando-se nessas três categorias, foi feita uma análise fundamentada na reflexão de autores marxistas, da história e estrutura econômica dos engenhos coloniais da região Nordeste, com o objetivo de entender o modo dominante de produção e relacionar seus efeitos na construção do sistema socioeconômico atual.

Sendo assim, foi possível agrupar três linhas de pensamento na tentativa de explicar as relações e motivações da estrutura social e comercial do Brasil colônia. Uma delas foi construída por autores que defendem as relações feudais como fundamentadoras do modo de colonização do Brasil. Muito além da época colonial, esse modelo consiste na maior representação do desequilíbrio nas relações de trabalho, terra e poder, e alguns dos seus elementos persistiram, de certo modo, até os dias atuais.

Outra linha de autores considera a relação socioeconômica brasileira colonial como capitalista, identificando nela características fundamentais desse sistema, como a acumulação de capitais, transformação da força de trabalho em mercadoria, entre outros.

Na primeira linha, destacam-se Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior e na segunda linha, especialmente Celso Furtado. E há ainda um terceiro modo de pensamento, apresentado por Ciro Flamarion Cardoso e Rodrigo Alves Teixeira, que aponta para um sistema socioeconômico brasileiro nem capitalista nem feudal, mas com “fisionomias próprias”, que engendraram uma nova sociedade fortemente aristocrática e patriarcal, fundamentada no escravismo, mas com elementos capitalistas e feudais.

Inspiradas, ou não, nos modos de produção tradicionais, as relações de poder e trabalho se estabeleceram e se desenvolveram de forma irregular, complexa e combinada, centralizadas nos engenhos de açúcar, no caso da região Nordeste. A estrutura social e política do Nordeste brasileiro predomina até hoje com autoritarismo e com arbítrio social que, sob influência, desenvolve atividades sociais e políticas em que se revelam interesses de grupos pela afirmação de poder.

Para alguns autores (GANSHOF, 1996), os aspectos feudais sobreviveram até mesmo no século XX. Nessa linha, defende-se que o capitalismo se desenvolveu num meio não-capitalista, feudal e escravagista, do qual surgiu. Isso remete à ideia de transição, em fases, como representado pela teoria dos ciclos econômicos. Novais (1979) situa o capitalismo mercantil entre a dissolução paulatina do sistema feudal e a eclosão do capitalismo.

Com o questionamento da teoria dos ciclos econômicos e da tese sobre a presença do feudalismo no Brasil (PRADO JR., 1998) e a partir do referencial teórico marxista, apontou-se para uma colonização voltada para o comércio externo das metrópoles, atrelado ao capitalismo comercial interno e ao mercantilismo como elementos fundamentais que direcionaram a nossa colonização. Dessa forma, a estrutura socioeconômica colonial passaria a

ser entendidas como parte associada da história econômica europeia. Nesse caso, as colônias seriam basicamente transferidoras de capital às suas metrópoles, mas estruturando internamente com base nos latifúndios, na monocultura e no trabalho compulsório. Nesse aspecto, destaca-se o comentário de Prado Junior (1998, p. 22-23):

A colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa do que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinado a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. [...] É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes, ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos.

Esse quadro contou com uma pequena acumulação interna de capital e dificultou o desenvolvimento do seu mercado, que estava destinado basicamente ao mercado externo, situação que se prolongou por muitos anos, segundo Furtado (1991). Desse modo, a concentração dos capitais gerados na colônia era transferida para as metrópoles, para o que Ethal (2000, p. 54) definiu como a “camada empresarial ligada ao comércio ultramarino”.

Sob uma análise historiográfica de cunho marxista, o papel da colonização seria, então, permitir uma acumulação primitiva capitalista em favor da economia europeia. No entanto, a historiografia tem promovido um debate sobre o caráter e o sentido dessa colonização, ou seja, em qual(is) modo(s) produtivo(s) se pautou a estruturação da economia do Brasil colônia. A maioria dos autores buscou analisar a realidade colonial brasileira com base nos conceitos e, especialmente, na base metodológica desenvolvida por Marx (1984b). Ou seja, para se estudar a superestrutura que se formou sobre aquela base, faz-se necessária a adoção do materialismo histórico, onde a vida social poderia ser explicada a partir da vida material, segundo o que seria uma contextualização marxista e sob uma análise dialética.

Ao tratar do “sentido da colonização”, Prado Junior (1998) adota uma posição metodológica assemelhada à de Marx. Suas citações aludem ao fato de que a sociedade tem sua constituição baseada no

conjunto de acontecimentos pelos quais passam ao longo de sua história, o que permite a explicação e compreensão dessa sociedade. Sendo assim, ambos os autores reconhecem uma relação entre passado e presente. Mas, segundo a lógica dialética, é o presente que fornece a chave para o passado, ou seja, é o conhecimento do presente que permite identificar quais os elementos essenciais para se compreender o passado, separando estes elementos essenciais do que é secundário ou apenas acessório. Marx reconhece, então, a ideia de um sentido, de forma que é reconstituído a partir do conhecimento da sociedade que resultou do desenrolar histórico.

Somando-se às características feudais do engenho colonial, Prado Junior (1998) atribuiu, complementarmente, um sentido à produção colonial, já que havia seu direcionamento para o mercado externo. Da mesma forma, para Celso Furtado, assim como no materialismo histórico, a conclusão é de que a Colônia representava um sistema econômico dependente, sem autonomia. Afirmava ele que: “a Colônia estava integrada nas economias européias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores.” (FURTADO, 2000, p. 95).

Novais (1979) buscou, também dentro do quadro teórico do marxismo, aprofundar a tese do “sentido da colonização” de Prado Jr. (1981), contextualizando a estrutura colonial brasileira num espectro maior da acumulação primitiva de capital na Europa, integrando essas regiões fisicamente. Dessa forma, Novais (1979) atribuiu explicação para o escravismo, pela necessidade de acumulação primitiva de capital na colônia. Sendo assim, Novais (1979) justifica a opção, que ocorreu até mesmo de forma tardia, considerando o cenário mundial, pela mão de obra escrava.

Entretanto, dentro do arcabouço teórico marxista (MARX, 1984a), seria improvável considerar o capital como sujeito do sistema socioeconômico nessa época, pois, para tanto, seria necessário o trabalho assalariado. Para Marx (1984b), o capital como dirigente de um modo de produção só passa a existir efetivamente a partir da sua forma capital industrial e isso só pode ocorrer depois da acumulação primitiva do capital. Dessa forma, uma vez considerado

o capital sem o trabalho assalariado e a grande indústria, que constituem, em Marx (1984c), seu fundamento social, no capitalismo industrial, qual seria o sujeito do processo que gera a acumulação primitiva de capital? Ou seja, qual seria o modo dominante de produção? Além disso, como se encaixaria o escravismo nesse processo?

Com o desafio de delinear as relações apresentadas, numa lógica dialética marxista, Ciro Cardoso definiu o Modo de Produção Escravista Colonial. (CARDOSO, 1988). Na sua explanação, a reprodução da força de trabalho escrava ocorria fora do modo de produção; e, apesar de a produção ocorrer dentro da colônia, o consumo se dava no mercado europeu, também fora do modo de produção. Nessa linha, Gorender (1980, p. 56) reconheceu, também, a necessidade de se considerar o mercado externo das metrópoles para explicar o Modo de Produção Escravista Colonial: “a teoria marxista da reprodução ampliada do capital dispensa a vinculação necessária entre capitalismo e modos de produção não capitalistas”. Quanto ao escravismo colonial, entretanto, “o mercado externo não-escravista constitui um pressuposto necessário do processo de produção.”

Assim, é possível supor que a colonização, bem como a escravidão, possa ser vista como parte do processo histórico, inclusive parte da gênese do capitalismo enquanto modo de produção. Nessa linha, alguns autores (CASTRO, 1980) destacaram a escravidão como um aspecto primordial para a compreensão do sistema colonial.

Porém, cabe ressaltar que, considerando a presença do escravismo e traços do feudalismo na gênese do capitalismo na sociedade colonial brasileira, a busca por “leis gerais” regedoras do capitalismo, como sugere Marx em *O Capital*, não se aplicaria. Segundo o que elucida Teixeira (2011, p. 560):

[...] é apenas no capitalismo que se tem de fato a autonomia da esfera “econômica” da vida social ante as demais esferas, é apenas no capitalismo que as relações sociais entre os homens aparecem como se fossem naturais e, portanto passíveis de serem estudadas por uma ciência que busca leis gerais e regularidades, e é apenas nesta sociedade, portanto, que o materialismo histórico poderia ser rigorosamente aplicado.

Para outro exemplo, a respeito do feudalismo, Castro (1980, p. 84) afirma que o sistema feudal, no qual se ampararia um dos modos de produção colonial, não se baseava exclusivamente no aspecto econômico:

O que se pretende frisar é que o feudalismo tem em sua base uma substância histórica - união química entre o econômico e o político - inexistente no capitalismo. Num tal contexto, não tem, pois, cabimento discutir o peso relativo do econômico, que simplesmente não existe como tal. Tampouco tem sentido pretender sequer estabelecer a lei econômica que preside o movimento desta sociedade. Em outras palavras, este regime social e sua evolução são rigorosamente intratáveis pela economia política, e não se pode fazer com ela o análogo do que Marx fez para o capitalismo.

Considerando o exposto, há de considerar que a estrutura colonial não foi moldada apenas por estruturas econômicas, da qual se desenvolveu uma estrutura social decorrente. A estrutura colonial se deu pela produção de mercadorias e também pelo uso de mão de obra escrava, que é um elemento que não se encaixa no modo de produção capitalista. Sendo assim, a abordagem teórica do sistema socioeconômico colonial deve-se remeter tanto à produção de mercadorias da economia capitalista quanto à abordagem política e social, da luta de classes, ligada ao escravismo.

Ainda assim, Teixeira (2011) procura demonstrar que não há combinação do caráter não-capitalista da acumulação nas colônias, com o escravismo, já que, na primeira seção de *O Capital*, Marx (1984a) explicita as leis da circulação simples, dentro das quais, as mercadorias são trocadas por equivalentes, ou seja, por outras mercadorias de igual valor. Sendo assim, e considerando o modelo escravista adotado, a acumulação de capitais na colônia não seria, portanto, capitalista, mas pré-capitalista, pois se baseia na troca de não-equivalentes.

Segundo Ferlini (2003), a organização manufatureira dos engenhos coloniais explicita sua determinação mercantil, e as condições que tornaram possível a aglomeração de trabalhadores em situação de cooperar para produzir açúcar remetem às necessidades de acumulação da época moderna. A forma específica de ampliação da produção pela cooperação está na gênese do capital como método empregado “para ampliar a força produtiva do trabalho e, daí, tirar mais

lucro”. Marx (1984c) assinalava que, se bem que a cooperação simples estivesse presente em diversas épocas de desenvolvimento do modo de produção capitalista, é a “forma predominante nos ramos de produção em que o capital opera em larga escala, sem que a divisão do trabalho ou a maquinaria desempenhe papel importante”. No caso do engenho, essa forma de cooperação está inserida na história do capital, mas não se constitui em forma capitalista, pois a necessidade e as condições de produção são dadas pelo capital, porém sua realização baseia-se em relações diretas de domínio e servidão.

Uma leitura de *O Capital* (MARX, 1984a) oferece uma pista na sua distinção entre os modos pré-capitalista e capitalista de produção, onde elucidou que, mais que diferenças formais, as sociedades de classes possuíam uma característica comum, na qual toda sua estrutura se baseava, que era a produção de um aparelho de coerção. Por esse lado, é possível, então, encontrar elementos que se mostram similares entre os modos produtivos em análise: o uso da coerção, presente no feudalismo, no escravismo e no capitalismo.

Além disso, se se considerar o capitalismo como modo de produção dominante, os modos de produção feudais na estrutura apresentada não poderiam ser apenas resquícios, porque as formas coloniais não-capitalistas podem ser essenciais para a compreensão da economia colonial, bem como sua autonomia ante as flutuações externas – o que recoloca e torna mais complexa a procura pelo modo de produção que seria dominante.

Por outro lado, Castro (1980) destaca os limites do materialismo histórico para compreender a economia colonial, pois, segundo ele, é preciso reconhecer o papel dos escravos na economia e sociedade. Dessa forma, o sistema feudal ou arcaico, descrito inicialmente, explicaria apenas a implantação do sistema colonial, mas o desenvolvimento posterior deste sistema traria uma dinâmica interna própria, fundamentada no capitalismo. Mas, segundo o entendimento de Castro (1980), esses elementos chegam a conviver simultaneamente, de onde emergiria a sociedade brasileira. Nesse ponto de vista, o modo feudal ou arcaico estaria arraigado num tipo particular de desenvolvimento capitalista.

Essa visão reforça a necessidade da compreensão da sociedade colonial a partir de outros pontos de vista não puramente econômicos. Isso é reforçado também pela característica de concentração de poder, advinda da posse de imóveis, terras e escravos, que assumem o papel das relações de produção.

As atividades econômicas da sociedade colonial, entretanto, independentemente das formas de organização social sob as quais se apresentassem, estavam invariavelmente subordinadas à forma de capital. Para contextualizar a forma de capital, segundo as categorias sugeridas por Marx (1984b) (comercial, usurário e industrial), Pires e Costa (2000) sugerem uma nova forma do capital, que eles definem como capital escravista-mercantil. Essa forma de capital poderia ser caracterizada, assim como no capital industrial, como uma forma de produção e extração e acumulação dos excedentes, porém o modo de produção seria escravista e não com mão de obra assalariada, que caracteriza o capitalismo.

Apesar das distintas abordagens metodológicas da obra marxista, com diferentes conclusões sobre os modos de produção do período colonial, Pires e Costa (2000) sugerem uma visão que parece mais elucidativa e que mantém fidelidade com o que a história nos apresenta. Ela se baseia numa espécie de justaposição ou combinação de elementos de diferentes sociedades, ou seja, do capitalismo, feudalismo e escravismo.

Nessa linha, Pires e Castro (2000, p. 90) concluem que:

- 1) a escravidão localizada não é incompatível com o modo de produção capitalista, mas com o desenvolvimento do mesmo e, portanto, irremediavelmente fadada ao desaparecimento;
- 2) estamos em face de um escravismo produtor de mercadorias (escravidão puramente industrial) e dependente dos mercados mundiais aos quais deve sua existência
- 3) os escravistas são capitalistas, vale dizer, acrescentamos nós, personificam o capital escravista-mercantil.

Assim, conforme sugere Castro (1980), é possível caracterizar o modo de produção colonial como escravista-mercantil, que agruparia elementos dessas três formas de produção. Teixeira (2011) considera

também essa categoria como a mais adequada para justificar a combinação entre capitalismo comercial e as outras formas internas de acumulação presentes no período colonial sem deixar de considerar os aspectos sociais decorrentes do escravismo.

A partir dessa conclusão, a visão metodológica adotada, que estaria mais relacionada à dialética marxista, conserva o historicismo e positivismo, porém de uma forma dialética e materialista. Segundo Teixeira (2011, p. 582):

além de dialética, é materialista, pois a posição do conceito é antes posição efetiva da coisa, ou seja, a abstração surge antes na materialidade da vida social para depois ser apreendida pelo sujeito do conhecimento. O conceito não é assim mera subjetividade, não é apenas um universal abstrato, mas universal concreto, que como tal se nega em particularidade. A adequação dos conceitos da Economia Política é garantida, então, pelo próprio objeto: pelo fato de o capital ser o sujeito histórico do processo e conferir o "sentido" do movimento histórico, o objeto é colocado como exterior ao sujeito do conhecimento e torna-se passível de ser estudado como uma coisa, não no sentido positivista, mas como coisa social.

Isso significa que, sendo o capital considerado como sujeito que dirigiu o processo de constituição da sociedade colonial brasileira, mesmo que na forma do capital escravista-mercantil, conforme definido por Pires e Costa (2000), além disso, o capital também é resultante e etapa subsequente desse processo. E ainda, o capital é causador desse processo, já que o "sentido da colonização" de Prado Jr. (1984) atribui a este o modo de produção colonial para o abastecimento das metrópoles europeias.

Essas são as ponderações que permitem fundamentar uma investigação e compreensão dos diferentes períodos de nossa história. Tais reflexões auxiliarão também, pensar no contexto socioeconômico do período colonial como a forma sob a qual o capitalismo se desenvolveu na criação da periferia no nosso sistema capitalista.

3 – A GÊNESE DO NORDESTE COMO PERIFERIA

Considerando que as conclusões observadas por Pires e Costa (2000) são concernentes, principalmente,

ao momento colonial, onde predominava a estrutura dos engenhos de açúcar, para estes me concentrarei na tentativa de delinear a influência dos modos produtivos dessa época no contexto da estrutura socioeconômica da Zona da Mata Nordestina.

Para tanto, é primordial citar Gilberto Freyre, que se ocupou de investigar a formação da sociedade brasileira sob um regime de “economia patriarcal” numa “colônia de produção de açúcar” instalada, inicialmente, na faixa úmida do Nordeste brasileiro:

Há quatro séculos que o massapê do Nordeste puxa para dentro de si as pontas de cana, os pés dos homens, as patas dos bois, as rodas vagarosas dos carros, as raízes das mangueiras e das jaqueiras, os alicerces das casas e das igrejas, deixando-se penetrar como nenhuma outra terra dos trópicos pela civilização agrária dos portugueses. (FREYRE, 2004, p. 46).

Impossível afastar a monocultura de qualquer esforço de interpretação social e até psicológica que se empreenda do Nordeste agrário. A monocultura, a escravidão, o latifúndio – mas principalmente a monocultura – aqui é que abriram na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais profundas. (FREYRE, 2004, p. 38).

As características coloniais expostas por Freyre (2004), presentes nos engenhos de açúcar, eram comuns em várias regiões americanas, porém nunca tão intensa e duradouramente como no Nordeste brasileiro. Como Freyre (2004, p. 42) cita, no início da sua obra *Nordeste*: “Fica, entretanto, nestas páginas, uma visão da paisagem, da vida e do homem do Nordeste que a monocultura da cana feriu mais profundamente”.

A produção açucareira colonial exigiu formas específicas de trabalho e configurações da propriedade de terra, assim como relações de poder que possuem seus reflexos ainda hoje, especialmente, na sociedade nordestina da Zona da Mata, onde os engenhos ainda reservam muitos dos seus aspectos originais.

Foi no âmbito dos engenhos, concentradores de terra e de poder, que o processo produtivo iniciou a decomposição dos ofícios diversos, ligados ao fabrico do açúcar, em atividades sequenciais, formando trabalhadores parciais agrupados e combinados em mecanismo único. E se a conexão entre suas funções e as unidades que formam esse organismo

produtivo estava fora deles, não foi a alienação ao capital que obrigou ao trabalho, mas a forma limite de compulsoriedade: a escravidão.

Ferlini (2003) observou que a necessidade de fornecer quantidade maior de mercadorias em determinado prazo, para o mercado, levou à concentração dos trabalhadores no mesmo local, exercendo atividades simultâneas, destacadas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, confiadas a artífices diferentes e executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores cooperantes.

Sendo assim, o ofício manteve-se como a base da produção, sendo que as transformações técnicas foram introduzidas lentamente nos setores críticos. Em termos de maquinário, nos engenhos coloniais, havia poucas operações mecânicas, basicamente em dois setores apenas: moagem e força motriz. Seu conjunto, no engenho, fazia da moenda uma máquina cujo motor, transmissão e máquina operatriz constituíam trabalho mecânico de homens e animais. Não havia mais, praticamente, saber humano, apenas atividades mecânicas de geração de força motriz para a moagem da cana, o que transformou a produção em exploração, preocupação típica da Revolução Industrial. Dessa forma, iniciava-se a produção fabril da organização do trabalho no engenho, que fundamentou a necessidade da feitorização, harmonizando os procedimentos individuais no organismo produtivo do engenho. Desqualificação social do trabalho na sociedade escravista está na raiz da deterioração dos ofícios do açúcar. E, além disso, a subdivisão do trabalho, sendo executado por trabalhadores cada vez menos hábeis, diminuiu os requisitos dos artesões, simplificando suas funções. Decorreu disso a queda do valor dessa força de trabalho. Na sociedade colonial escravista, o efeito disso era ainda mais dramático: sem possibilidade de ascensão na escala social, nada restava aos homens livres. Em consequência, a dinâmica colonial, além de intensificar a acumulação primitiva de capitais, alienava o trabalho artesanal, ao sujeitar o trabalhador ao capital mercantil, desvinculando-o dos processos essenciais à sociedade.

E assim, foi gerado um contexto no qual os engenhos, monopolizadores dos modos de produção,

acumulando seu poder coercitivo, suas características feudais e escravistas, na gênese do capitalismo mercantil, eram o único espaço para a realização de trabalho, compulsório ou não. E ainda assim, seu modo produtivo só permitia o trabalho que dispensava o saber dos homens e sua capacidade intelectual.

O Centro-Sul, representado pelas economias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, principalmente, passaram para outros ciclos econômicos, que rompiam com a forte vinculação ao latifúndio, da monocultura e escravidão que determinavam o *modus vivendi* associado aos engenhos de açúcar.

A partir daí, o Centro-Sul passou a se consolidar como o núcleo dinâmico da economia, apoiado, principalmente, na cultura do café, que se tornava o principal produto de exportação do Brasil. E a partir de então, o centro econômico começou a ser deslocado do mercado externo açucareiro para uma acumulação de capitais mais internamente, apesar de a economia brasileira continuar tendo, no mercado externo, seu elemento dinâmico.

O poder econômico e político do Centro-Sul foi alavancando-se por meio das exportações agrícolas, principalmente de café, gerando um ambiente propício ao desenvolvimento da indústria. Segundo Viana e Fortunato (2008), no entanto, a região Nordeste não contava com um sistema financeiro, assim como o Centro-Sul, que passou a concentrar esforços na industrialização de sua economia.

Os modos de produção dominantes da região Nordeste, regidos pelos engenhos, ainda condicionavam relações trabalhistas que, de certa forma, podiam ser caracterizadas como pré-capitalistas, com mão de obra temporária, semicompulsória, braçal, uma concentração de renda, terras e poder ainda acentuada. Segundo Furtado (1961, p. 189), consiste num sistema “bem mais complexo que o da simples coexistência de empresas estrangeiras com remanescentes de um tipo pré-capitalista”.

Esse foi o momento da gênese das disparidades no desenvolvimento das regiões Nordeste e Centro-Sul do Brasil. E as características inerentes à história de cada região, especialmente pela grande especialização

das condições de vida ligadas ao Nordeste, foram determinantes para o agravamento das disparidades regionais. Com o fortalecimento das assimetrias, a região Centro-Sul passou a se caracterizar como região cêntrica, enquanto a região Nordeste passou a assumir característica de periferia no sistema capitalista nacional. Sem condições de reversão dessa situação pelo mercado capitalista, até porque o modo de produção caracterizado para essa região mantém elementos não-capitalistas, é possível inferir que o desenvolvimento dificilmente chegaria pelas vias do mercado. Com a reduzida intervenção do Estado, que passou por grandes transformações, a disparidade dessas regiões apenas se intensificou.

A situação socioeconômica e, conseqüentemente ambiental, vivida pela região Nordeste brasileira parece relacionar-se com a combinação das características apontadas, conforme corroborado em Viana e Fortunato (2008):

concentração de rendas advindas do setor exportador, basicamente o setor açucareiro; coexistência de um setor de subsistência atrasado e com técnicas de produção arcaicas, com o setor primário exportador, que apresentava maior produtividade.

São modos produtivos contemporâneos, porém com sua gênese na estrutura socioeconômica colonial, com traços feudais, escravista e capitalista-mercantil.

4 – HISTÓRIA E TENDÊNCIAS: PASSADO E FUTURO

Sob o foco da conservação ambiental, alguns autores (MILLER, 2007; CASTRO, 2002) apontam para compreensões diferenciadas das causas e conseqüências da devastação da Mata Atlântica brasileira, em especial, na região Nordeste.

A concentração de renda, terras e poder, o trabalho mecânico-marginalizado são motivações que estruturaram a sociedade nordestina de seu modo peculiar, o mesmo que, provavelmente incorreu numa relação homem-natureza específica, gerando o contexto ambiental conhecido hoje. Marx já apontava que, em sistemas latifundiários, “aos pobres ficava negada qualquer relação com a natureza”, quando os direitos desses não

entravam em consideração e os proprietários de terra acumulavam o poder de transformar em “valor” tudo aquilo que antes era público e compartilhado. (FOSTER, 2005). Sendo assim, a aristocracia e o povo, representados pelos usineiros ou antigos senhores de engenho e os trabalhadores ou escravos, constituíam a empresa latifundiária do engenho, agindo sobre a natureza regional, alterando-a profundamente. (FREYRE, 2004). Em alguns trechos de Nordeste, Freyre (1985, p. 35) descreveu sua visão da composição dos engenhos, que transparece um pouco da relação homem-natureza que prevaleceu nesses locais:

O monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório. Um mictório das caldas fedorentas de suas usinas. E as caldas fedorentas matam os peixes. Envenenam as pescadas. Emporcalham as margens. A calda que as usinas de açúcar lançam todas as safras nas águas dos rios sacrifica cada fim de ano parte considerável da produção de peixes no Nordeste. [...] Quase não há um rio do Nordeste do canal que alguma usina de ração não tenha degradado em mictório. As casas já não dão a frente para as águas dos rios: dão-lhes as costas com nojo. [...] O rio não é mais respeitado pelos fabricantes de açúcar, que outrora se serviam dele até para lavar a louça da casa, mas não o humilhavam nunca, antes o honravam sempre. (FREYRE, 1985, p.35).

A imputação dos modos de produção que dominaram na colonização e no funcionamento dos engenhos, proporcionando aos senhores de engenho, usineiros, a sua apropriação da natureza em prol do desenvolvimento econômico, segundo Freyre (1985, p. 35), deteriorava o “tradicionalismo cultural, político e estético” da civilização do Nordeste. Nesse processo, iniciava-se a negação da natureza e o rompimento da relação tradicional do nordestino com seu ambiente, na Zona da Mata.

Com o surto usineiro, o capitalismo, na sua evolução, redefiniu as antigas relações de trabalho e morada, arrasando o universo de pequenos produtores e transformando sua grande maioria em proletários. Tais fatos sempre se refletiram fielmente na organização do *habitat* e na relação homem-natureza do nordestino. Segundo Grabois (1999), essa ocupação espacial do *habitat*, inclusive nos centros urbanos do Nordeste, tem de ser vista hoje como um “repositório, um viveiro de mão de obra”,

onde vive uma população proletária que trabalha fundamentalmente no meio rural.

Nesse contexto, sem qualquer exigência ou reivindicação dos trabalhadores para melhorar suas “trágicas” condições de vida, segundo Castro (1969), o sentimento da frustração e desgosto apenas intensificaram o “sofrimento do homem e o sofrimento da terra.” (CASTRO, 1969, p. 26). A degradação promovida pela monocultura açucareira foi além do aspecto social, atingindo também a qualidade dos solos, da água e dizimando as florestas. Na região Nordeste, a passividade sob essa apropriação aristocrata parece ter exercido um efeito ainda mais intenso, devastador e duradouro.

Com históricos de ocupação, modos de produção e trajetórias socioeconômicas tão distintos entre o Nordeste e o Centro-Sul, conforme trabalhados ao longo deste texto, é possível identificar pistas para a conformação espacial e das relações do homem com o ambiente que modelaram as práticas ambientais do nordestino e ainda persistem na região. Em reflexo a isso, dados de informação geográfica da Mata Atlântica apontam que o bioma, como um todo, conta ainda com cerca de 8% da sua cobertura original preservada. No entanto, esse índice é ainda menor nos estados nordestinos, chegando a 3% em Alagoas e 5% em Pernambuco. (SOS MATA ATLÂNTICA, 2007).

O que se pode observar é que, sem o apoio direto do Estado, por meio de políticas públicas, além do problema social, a degradação ambiental também se intensificará. Com características diferenciadas da Mata Atlântica do Sul e Sudeste do país no tocante aos padrões de ocupação e uso do solo, a Mata Atlântica nordestina requer paradigmas de conservação peculiares, que sejam concebidos com o conhecimento da natureza humana e histórica da ocupação e uso da terra na região.

5 – CONCLUSÃO

Para se reconstruir um novo território, no futuro, que possa substituir o desconforto com o modelo presente no Nordeste, seja no seu contexto social ou ambiental, intimamente ligados, acredita-se ser necessária uma volta ao passado.

A negação do presente com o retorno às raízes históricas poderá nos auxiliar a pensar em políticas públicas ou modos de intervenção, assim como antecipar e construir um futuro sustentável na Mata Atlântica nordestina.

As leituras que permitiram a construção do conteúdo deste artigo nos apontam para a necessidade de uma análise, pela ótica do materialismo histórico, que leva em conta o conhecimento do Nordeste e suas tradições, a relação do homem nordestino com a Mata Atlântica e, ainda, o resgate, no passado, dos modos de produção e relações sociais que possam nos explicar o contexto atual e futuro da região. A partir daí, a formulação de políticas públicas ou de diretrizes para a conservação ambiental ou para o desenvolvimento regional poderão ser verdadeiramente pautadas no conhecimento da sociedade nordestina.

ABSTRACT

The process of colonization in the Northeast Atlantic Forest (NAF) has generated the most serious consequences for the conservation of its natural heritage. In order to generate data for the definition of policies and guidelines for management and conservation of forest remnants in NAF, the article seeks to elucidate the effects of production modes and colonization process on the man-nature relationship. Therefore, it tries to explain the relationships and motivations of the social structure and commercial of the colony in the NAF, based on a combination of elements of capitalism, feudalism and slavery, from the historical materialism point of view.

KEY WORDS

Colonization. Historical Materialism. Atlantic Forest.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, 1999.

ANDRADE, M. C. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. 2. ed. Recife: Sudene, 1979.

ASSIS, J. S. de. **Razões e ramificações do desmatamento em Alagoas**. In: DINIZ, J. A. F.; FRANÇA, V. L. A. (Org.). Capítulos de geografia nordestina. Aracaju: UFS, 1998. p. 325-355.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. **Desenvolvimento regional: um caso clássico de subdesenvolvimento regional revisitado: notas sobre a formação social e econômica do Nordeste brasileiro**. Salvador, 2006.

BROWN JR., K.S.; BROWN, G. G. Habitat alteration and species loss in Brazilian forests. In: WHITMORE, T. C.; SAYER, J. A. (Ed.). **Tropical deforestation and species extinction**. London: Chapman & Hall, 1992. p. 129-142.

CARDOSO, C. F. et al. **Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CASTRO, A. B. A economia política, o capitalismo e a escravidão. In: LAPA, J. R. A. (Org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CASTRO, C. F. A. **Gestão florestal no Brasil Colônia**. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

CASTRO, J. de. **Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

COIMBRA FILHO, A.; CÂMARA, I. G. **Os limites originais da Mata Atlântica na Região Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: FBCN, 1996.

CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEAN, W. 1996. **A ferro e fogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 484 p.

ERTHAL, R. A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. **Geographia**, ano

2, n. 4, 2000. Disponível em: <www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/.../39>. Acesso em: 12 jul. 2011.

FERLINI, V. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru: Edusc, 2003.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro, 2005.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Nacional, 1991.

_____. _____. 27. ed. São Paulo: Nacional, 2000.

GANSHOF, F. L. **Feudalism**. Toronto: University of Toronto Press-Medieval Academy of America, 1996.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

GRABOIS, J. Que urbano é esse?: o hábitat num espaço de transição do norte de Pernambuco. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 36, p. 79-104, 1999.

HOLANDA, S. B.; BÓRIS, F. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1962.

HOLANDA, S. B de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LYRA-NEVES, R. M. et al. Comunidade de aves da Reserva Estadual de Gurjaú, Pernambuco, Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 21, n. 3, p. 581-592. set. 2004.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. (Coleção Os Economistas, v. 1).

_____. _____. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. (Coleção Os Economistas, v. 2).

_____. _____. São Paulo: Abril Cultural, 1984c. (Coleção Os Economistas, v. 3).

MILLER, G. T. **Ciência ambiental**. 11. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, R. R. **O rastro do homem na floresta: sustentabilidade e funcionalidade da Mata Atlântica sob manejo caiçara**. 1999. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

PIRES, J.; COSTA, I. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e condições históricas de sua superação. **Revista Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 87-120, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRANCE, G. T. **Biogeography of neotropical plants**. In: WHITMORE, T. C.; PRANCE, G. T. (Ed.). *Biogeography and quaternary history in tropical America*. Oxford: Clarendon Press, 1987. p. 175-196.

RANTA, P. et al. The fragmented Atlantic rain forest of Brazil: size, shape and distribution of forest fragments. **Biodiversity and Conservation**, v. 7, p. 385-403, 1998.

SANTOS, C. R.; PINHO, S. A. Breve histórico de ocupação da Bahia em três grandes áreas.

In: SEI. **Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000**. Salvador, 2003. v. 1. p. 69-79.

SCHWARTZ, S. B. **Sugar plantations in the formation of Brazilian society, Bahia, 1550-1835**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M. The future of Atlantic Forest in Northeastern Brazil. **Conservation Biology**, v. 15, n. 4, p. 819-820, 2001.

_____. Tree species impoverishment and the future flora of the Atlantic Forest of Northeast Brazil. **Nature**, London, v. 404, p. 72-74, 2000.

SLATKIN, M. Gene flow in natural populations. **Annual Review of Ecology and Systematics**, v. 16, p. 393-430, 1985.

SOS Mata Atlântica: fundação: dossiê Mata Atlântica: Projeto Monitoramento Participativo da Mata Atlântica. [S.l.], 2001. Disponível em: <<http://www.bioatlantica.org.br/Dossiê%20Mata%20Atlântica%202001.pdf>>. Acesso em: ago. 2007.

TABARELLI, M. **A regeneração da floresta Atlântica Montana**. 1997. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

TEIXEIRA, R. A. Capital e colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 3, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v36n3/a05v36n3.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

VIANA, F. D. F.; FORTUNATO, W. L. L. Nordeste versus Sudeste: uma análise comparativa fundamentada na composição das suas pautas de exportação no período de 1995 e 2006. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA POLÍTICA, 2008, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2008.

VIANA, V. M.; TABANEZ, A. A. J.; BATISTA, J. L. F. Dynamics and restoration of forest fragments in Brazil's Atlantic Moist Forest. In: BIERREGARD, R.; LAURANCE, W. (Ed.). **Tropical forest remnants: ecology, management and conservation of fragment communities**. Chicago: Chicago University Press, 1997.

WEGE, D. C.; LONG, A. J. Key areas for threatened birds in the neotropics. **Bird Life Conservation Series**, Cambridge, v. 5, p. 75-80, 1995.

Recebido para publicação em 21.04.2011.